

Leonardo de Araújo Ferraz  
Luciana Mendes Lobo  
Rodrigo Fontenelle de A. Miranda

Coordenadores

# CONTROLE INTERNO CONTEMPORÂNEO

FORUM

Leonardo de Araújo Ferraz  
Luciana Mendes Lobo  
Rodrigo Fontenelle de A. Miranda  
*Coordenadores*

## CONTROLE INTERNO CONTEMPORÂNEO

**Área específica**  
DIREITO ADMINISTRATIVO.

**Áreas afins**  
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

**Público-alvo/consumidores**  
GESTORES PÚBLICOS, INTEGRANTES DA  
COMUNIDADE DE CONTROLE INTERNO  
E EXTERNO – TERCEIRO SETOR E MAIS  
PROFISSIONAIS DA ÁREA JURÍDICA.

Auditoria, corregedoria, transparência, integridade, ouvidoria... você sabe como as chamadas macrofunções do controle interno podem ajudar na melhoria da gestão pública, proporcionando uma melhor entrega de serviços públicos aos cidadãos do nosso país?

Misturando artigos teóricos e práticos sobre esses temas, a obra Controle interno contemporâneo busca contribuir de maneira efetiva para o avanço da administração pública brasileira, demonstrando que essa área é parte essencial na engrenagem que move o setor público para tempos de maior eficácia e eficiência.

Dividido em 21 capítulos, o livro aborda soluções para atuação do controle em tempos difíceis e construções distintas e factíveis que se apresentam como alternativas possíveis para as diferentes realidades vividas nos estados e municípios brasileiros.

**Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda**

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10002988

C764 Controle Interno Contemporâneo / Leonardo de Araújo Ferraz; Luciana Mendes Lobo; Rodrigo Fontenelle de A. Miranda (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2021. 499 p; 14,5x21,5cm

ISBN: 978-65-5518-222-4

1. Direito Administrativo. 2. Administração Pública. I. Ferraz, Leonardo de Araújo. II. Lobo, Luciana Mendes. III. Miranda, Rodrigo Fontenelle de IV. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FERRAZ, Leonardo de Araújo; LOBO, Luciana Mendes; MIRANDA, Rodrigo Fontenelle de (Coord.). *Controle Interno Contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 499 p. ISBN 978-65-5518-222-4.

**Leonardo de Araújo Ferraz** é Doutor e Mestre em Direito Público pela PUC Minas, com pós-doutoramento em Direito pela Universidade Nova de Lisboa. Controlador-Geral do Município de Belo Horizonte. Presidente do CONACI – Conselho Nacional de Controle Interno.

**Luciana Mendes Lobo** é Formada em Direito pela Universidade de Fortaleza, com pós-graduação em Direito e Processo Administrativo pela mesma universidade, onde também concluiu mestrado em Direito e Gestão de Conflitos, com extensão na *Columbia University*. Foi Controladora-Chefe da Controladoria e Ouvidoria de Fortaleza, sendo atualmente Secretária de Urbanismo e Meio Ambiente desta cidade.

**Rodrigo Fontenelle de A. Miranda** é Bacharel em Ciências Econômicas (UFMG). Pós-Graduado em Finanças (Ibmec) e Auditoria Financeira (UnB/TCU). Mestre em Contabilidade pela UnB. Auditor Federal de Finanças e Controle da CGU, atualmente exercendo o cargo de Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais. Possui quatro certificações internacionais (CGAP, CCSA, CRMA e CIA). Professor da Enap e FDC.

PRÓLOGO	
<b>Wagner de Campos Rosário</b> .....	23
APRESENTAÇÃO	
<b>Leonardo de Araújo Ferraz</b> .....	25
REDES DE CONHECIMENTO E CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: ANÁLISE TEÓRICO- PRÁTICA A PARTIR DA ATUAÇÃO DO CONACI E DO BANCO MUNDIAL	
<b>Gustavo Ungaro, Ludinaura Regina Souza dos Santos</b> .....	27
1 Introdução.....	27
2 Referencial teórico .....	30
2.1 Redes de conhecimento: origem, conceito e características.....	30
2.2 Controle interno governamental .....	34
3 Metodologia.....	37
3.1 Contextos da pesquisa .....	38
3.1.1 Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI .....	38
3.1.2 Banco Mundial .....	40
4 Discussões e resultados.....	41
4.1 Aspectos gerais.....	42
4.2 Elementos fundamentais .....	43
4.3 Possíveis resultados.....	44
5 Considerações finais.....	46
Referências .....	47
APONTAMENTOS SOBRE AS UNIDADES CENTRAIS DE CONTROLE INTERNO E SEU MOSAICO ESTRUTURAL NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	
<b>Cláudia Costa de Araújo Fusco, Leonardo de Araújo Ferraz</b> .....	51
1 Ponto de partida .....	51
2 Considerações iniciais .....	53
3 Excurso histórico sobre o controle da administração pública.....	55
4 Controle na Constituição de 1988 e a ausência de padronização da UCCIs.....	58
4.1 Considerações gerais.....	58
4.2 Ausência de padronização das UCCIs: razão jurídica .....	59
4.3 Ausência de padronização das UCCIs: razão política.....	62
5 Estudo de caso: a Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte .....	64
6 Considerações finais.....	69
Referências .....	70
PROGRAMAS DE INTEGRIDADE NAS ORGANIZAÇÕES QUE CONTRATAM COM O PODER PÚBLICO: EXIGIR (E) OU FOMENTAR?	
<b>Daniel Martins e Avelar, Renata Kelly Cardoso de Rezende</b> .....	75
1 Introdução.....	75
2 Competência legislativa para edição de normas gerais de licitações e contratos.....	76
3 Análise de dados: aplicação e efetividade das leis estaduais já editadas sobre a matéria .....	81
4 Políticas públicas de incentivo e fomento à integridade.....	84

5	Conclusão.....	87
	Referências .....	88

UM ÓRGÃO ESTRATÉGICO DE CONTROLE INTERNO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL: UMA DEMANDA PERMANENTE DAS DEMOCRACIAS DO SÉCULO XXI

	<b>Marcus Vinicius de Azevedo Braga</b> .....	91
	Introdução.....	91
1	A corrupção como um fenômeno global.....	92
1.1	O que podemos entender por corrupção?.....	92
1.2	A corrupção como um grande risco global.....	94
1.3	Por que os governos precisam investir na prevenção da corrupção? .....	96
1.4	O controle interno e seu potencial de redução da corrupção.....	98
2	A experiência da CGU no Brasil do século XXI .....	99
2.1	A trajetória do controle interno no Brasil até o surgimento da CGU .....	99
2.2	O Modelo CGU e as suas macrofunções .....	102
2.3	A CGU como integrante de uma rede de <i>accountability</i> .....	104
2.4	A força de ser um órgão dialógico .....	105
3	Um controle interno estratégico para uma democracia moderna .....	107
3.1	A crise do modelo de democracia liberal e a corrupção .....	107
3.2	O resgate necessário da ideia de <i>accountability</i> .....	108
3.3	Um órgão estratégico de controle interno nas modernas democracias .....	109
3.4	“A mão que toca um violão, se for preciso, faz a guerra” .....	111
	Conclusão.....	112

OUVIDORIA PÚBLICA COMO MACROFUNÇÃO DE CONTROLE E DIMENSÃO DE JUSTIÇA MULTIPORTAS

	<b>Emerson Hideki Hayashida, Vilson Pedro Nery</b> .....	115
	Introdução.....	115
1	Atuação em rede .....	117
2	Justiça multiportas.....	120
	Conclusão.....	123
	Referências .....	124

OS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DO MARANHÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

	<b>Lílian Régia Gonçalves Guimarães</b> .....	127
1	Introdução.....	127
2	Adaptabilidade da gestão organizacional pública .....	128
3	Princípio da continuidade do serviço público.....	129
4	Sistema informatizado de auditoria.....	130
5	Ouvidoria interna e desigualdade digital .....	130
6	Capacitação por ensino a distância .....	131
7	A modernização dos processos da Corregedoria pela videoconferência e intimação digital .....	132
8	Portal da Transparência para publicidade dos atos contra a pandemia de COVID-19 .....	133
9	Conclusão.....	134
	Referências .....	134

TRANSPARÊNCIA ATIVA EM FOCO: UM CAMINHO PARA ALÉM DOS PORTAIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

	<b>Ana Lúcia da Silva Romão, Daniel Matos Caldeira</b> .....	137
1	Introdução.....	137
2	Transparência e <i>accountability</i> .....	139
3	A ótica das organizações internacionais.....	141

4	Referencial legal.....	143
5	Metodologia da pesquisa.....	144
6	Análise e discussão de resultados.....	146
7	Conclusão.....	152
	Referências.....	153

O PLANEJAMENTO ANUAL DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: TRAJETÓRIA RECENTE, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

	<b>Isaac Gurgel de Moura, Francisca Leidiane Almeida Bezerra.....</b>	159
1	Introdução.....	159
2	Fundamentação teórica.....	161
3	Metodologia.....	166
4	Descrição e análise dos dados.....	170
5	Considerações finais.....	192
	Referências.....	193

LEI ANTICORRUPÇÃO E O RISCO DE ABUSO DO PODER PUNITIVO DO ESTADO NO TEMPO: O CASO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE RESPONSABILIZAÇÃO

	<b>Fernando Souza de Vieira.....</b>	197
	Introdução.....	197
1	Classificação dos crimes quanto ao tempo de consumação.....	200
1.1	Legislação brasileira.....	201
1.2	Doutrina.....	203
2	Irretroatividade e prescrição.....	207
3	Comportamento da jurisprudência brasileira.....	209
4	Crimes diferidos no tempo e Lei Anticorrupção.....	215
5	Considerações finais.....	219
	Referências.....	221

A PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DE *WHISTLEBLOWING* INTERNO POR MEIO DA PROTEÇÃO DO *WHISTLEBLOWER*

	<b>Arthur Emanuel Leal Abreu.....</b>	223
	Introdução.....	223
1	<i>Whistleblowing</i> : conceitos, elementos e configuração.....	224
2	A proteção do <i>whistleblower</i> nos Estados Unidos da América.....	227
2.1	<i>Whistleblower Protection Act</i> (1989).....	229
3	O <i>whistleblowing</i> na legislação brasileira.....	232
3.1	O dever do servidor público de reportar irregularidades.....	234
3.2	A Lei Anticorrupção e os canais internos de denúncia.....	236
3.3	Lei nº 13.608/2018: “disque-denúncia” e unidades de ouvidoria ou correição.....	238
4	Condições essenciais para promover o <i>whistleblowing</i> interno no Brasil.....	239
	Considerações finais.....	242
	Referências.....	243

A ESTRUTURAÇÃO DA AUDITORIA E DA INSPEÇÃO NO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO: O MODELO DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

	<b>Antônio Fábio Jubé Ribeiro, Henrique Moraes Ziller.....</b>	247
1	Introdução.....	247
2	A atividade de controle na administração pública e o sistema de controle interno.....	249
3	O modelo IA-CM e as Três Linhas como referências para o sistema de controle interno público.....	251
4	A implementação do modelo IA-CM na CGE/GO.....	258
5	O posicionamento da CGE/GO na terceira linha, o enfrentamento da questão inspeção x auditoria e a institucionalização do modelo.....	259

6	Outros aspectos relevantes da atuação da CGE/GO.....	262
7	Considerações finais.....	265
	Referências .....	267

TRANSPARÊNCIA, EFICIÊNCIA, OPACIDADE E OS NÚMEROS  
DESALMADOS NO CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA

<b>Jéssica Jane de Souza, João Paulo Jamnik Anderson .....</b>		271
1	Introdução.....	271
2	Transparência exponencial .....	272
2.1	Transparência como modernidade.....	273
2.2	Transparência exponencial .....	276
3	<i>Big data</i> e dados opacos.....	279
4	Os cuidados necessários com a transparência total .....	282
4.1	Democracia de espectadores.....	282
4.2	É preciso parecer honesto (stalinismo de mercado) .....	283
4.3	Segundo iluminismo – os números não mentem, mas não têm alma .....	286
4.4	A falsa sensação de iluminação .....	288
5	Conclusão.....	291
	Referências .....	293

A ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO NOS MUNICÍPIOS:  
TRANSPARÊNCIA E ÉTICA PARA A SOCIEDADE

<b>Jorge Antônio de Lima Gomes .....</b>		297
1	Introdução.....	297
2	A essencialidade do controle interno.....	298
2.1	Governança e integridade pública .....	301
2.2	O papel da ouvidoria e o combate à corrupção .....	302
2.3	<i>Compliance</i> , transparência e ética .....	304
2.4	Controle interno como ferramenta de gestão nos municípios....	305
3	Considerações finais.....	310
	Referências .....	310

OS DOIS CORPOS DO REI NO SÉCULO DA JURISTOCRACIA: POR  
UM DIÁLOGO ENTRE O CONTROLE INTERNO E EXTERNO À LUZ  
DE UM DILEMA CORREICIONAL

<b>Lucas Correia de Lima.....</b>		315
	Introdução.....	315
1	Os controles da administração pública: uma história da democracia.....	317
2	Quem custodiará os custódios? O século da juristocracia.....	321
3	Estudo de caso de um dilema correicional concreto .....	325
	Considerações finais.....	332
	Referências .....	334

A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA COMO MECANISMO DE  
CONTROLE INTERNO PARA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO NA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<b>Cristiano Jorge Poubel de Castro .....</b>		339
1	Introdução.....	339
2	Aspectos conceituais sobre a corrupção.....	340
3	A transparência pública como instrumento de prevenção da corrupção .....	343
4	Metodologia de pesquisa.....	345
4.1	A modelagem matemática da corrupção .....	345
4.2	Coleta dos dados.....	347
5	Análise e discussão dos resultados .....	350
6	Conclusão.....	351
	Referências .....	352

A AUDITORIA INTERNA COMO FOMENTADORA DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<b>Gil Pinto Loja Neto</b> .....	355
1 Introdução.....	355
2 A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).....	357
3 O Programa de Mensuração da Maturidade do Ambiente de Governança (PMMAG).....	359
3.1 O desenvolvimento do controle interno a partir dos resultados do PMMAG .....	364
3.2 Histórico da implementação do controle interno a partir do PMMAG.....	367
3.3 Resultados para o controle interno a partir da implementação do PMMAG .....	370
4 Conclusão.....	373
Referências .....	374

A CONSTRUÇÃO DA INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL BRASILEIRA

<b>Fábio Luís Guimarães</b> .....	377
1 Introdução.....	377
2 Da integridade na administração pública.....	377
2.1 Objetivos de um programa de integridade.....	378
2.2 As medidas de integridade no Decreto nº 8.420/2015 .....	378
3 A implementação de programas de integridade em municípios brasileiros.....	379
3.1 Medidas de integridade em municípios brasileiros .....	387
4 Considerações finais.....	400
Referências .....	401

REFLEXÕES SOBRE AS METODOLOGIAS DE GESTÃO DE RISCOS: ESTUDO DE CASO DA APLICAÇÃO DO MODELO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DO RECIFE

<b>Juliana Cottard Giestosa</b> .....	403
1 Introdução.....	403
2 Conceitos e definições.....	404
2.1 Metodologia de gerenciamento de riscos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP).....	406
3 Metodologia.....	408
3.1 Metodologia geral.....	408
3.2 Metodologia aplicada ao estudo de caso.....	410
4 Discussão dos resultados.....	419
4.1 Mapeamento dos riscos com foco no macroprocesso .....	419
4.2 Tabelas de impacto e probabilidade.....	421
4.3 Análise dos controles existentes com base em critérios mais objetivos .....	424
5 Considerações finais.....	428
Referências .....	429

GOVERNO ELETRÔNICO NO CONTEXTO DAS SMART CITIES: AVALIAÇÃO DA MATURIDADE DE UMA CIDADE DO NORDESTE DO BRASIL

<b>Iza Leilla Carlos da Silva, Luciana Gondim de Almeida Guimarães</b> .....	431
1 Introdução.....	431
2 Referencial teórico ou fundamentação teórica .....	432
2.1 Cidades inteligentes .....	432
2.2 Governo eletrônico .....	433
2.3 Modelos de maturidade de governo eletrônico .....	434
3 Método de pesquisa .....	437
4 Análise e interpretação dos resultados.....	439
4.1 Áreas de entrada (capital intelectual).....	439

4.1.1	Capital humano.....	442
4.1.2	Capital estrutural.....	443
4.1.3	Capital relacional.....	443
4.1.4	Investimento em TI.....	444
4.2	Estágios de maturidade.....	444
4.2.1	Presença na <i>web</i> .....	445
4.2.2	Interação.....	446
4.2.3	Transação.....	446
4.2.4	Integração.....	447
4.2.5	Melhoria contínua.....	448
4.3	Análise de entrevistas.....	448
5	Considerações finais.....	453
	Referências.....	454

#### FUNDAMENTOS DA TRANSPARÊNCIA NO CONTROLE INTERNO

	<b>Alcione Aparecida Messa, Ana Flávia Messa</b> .....	459
1	Introdução.....	459
2	Controle interno.....	463
3	Legitimidade do controle interno.....	464
4	Corrupção, democracia e controle interno.....	466
5	Fundamentos da transparência no controle interno.....	467
5.1	Fundamento político.....	467
5.2	Fundamento institucional.....	468
5.3	Fundamento estrutural.....	469
5.4	Fundamento jurídico.....	470
6	Da transparência formal à transparência material.....	471
	Referências.....	473

#### CONTROLE INTERNO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI

	<b>Eliane Magda Ribeiro dos Santos</b> .....	477
1	Introdução.....	477
2	Pontos relevantes.....	479
2.1	Sistema de controle interno e unidades centrais de controle interno.....	479
2.2	Auditoria governamental.....	480
2.3	Ouvidoria.....	484
2.4	Correição.....	484
2.5	Transparência.....	485
2.6	Integridade pública.....	486
2.7	Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), acordos de leniência e combate à corrupção.....	486
2.8	Controle da administração pública na CF/88: relação entre controle interno e controle externo.....	488
3	Conclusão.....	489
	Referências.....	491

	<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	493
--	-------------------------------	-----



**Alcione Aparecida Messa**

Graduação em Psicologia (2001). Especialização em Psicologia Hospitalar (2003). Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento (2006). Especialização em Psicologia Jurídica (2012). Doutorado em Ciências (2013). Capacitação em Mediação e Conciliação de Conflitos (2016). Atualmente, é Psicóloga do Setor de Visão Subnormal do Departamento de Oftalmologia e do Setor de Saúde Mental do Departamento de Pediatria da Unifesp e Psicóloga Clínica. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Avaliação Psicológica, ensino da Psicologia, Psicologia Clínica, Hospitalar e Jurídica, Mediadora e Conciliadora de Conflitos.

**Ana Flávia Messa**

Doutora em Direito Público pela Universidade de Coimbra, Portugal, e em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: penal, tributário, constitucional e administrativo. Membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas (APLJ) e do Conselho Científico da Academia Brasileira de Direito Tributário (ABDT).

**Ana Lúcia da Silva Romão**

Doutorada em Economia. Professora Auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP – ULisboa). Investigadora no Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP, ISCSP – ULisboa) e no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL, ISCTE-IUL). Coordenadora Científica da Pós-Graduação em Contabilidade e Gestão Pública e Coordenadora Executiva do Programa de Formação Especializada em Administração Pública. Tem desenvolvido investigação nas áreas da Administração Pública e Políticas Públicas, com especial destaque no domínio da contabilidade pública e das compras e contratações públicas.

**Antônio Fábio Jubé Ribeiro**

Graduação em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira (2012). Graduação em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1995). Especialização em Administração-Gestão Estratégica de Marketing pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1997). Atualmente, é Gestor de Finanças e Controle – Controladoria-Geral do Estado de Goiás.

**Arthur Emanuel Leal Abreu**

Professor no curso de graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) para pesquisa na área de desinformação, *fake news*, democracia e eleições. Especialista em Linguagem, Tecnologia e Ensino pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduação em Direito e Especialização em *Compliance*, Lei Anticorrupção e Controle da Administração Pública pela FDV.

**Cláudia Costa de Araújo Fusco**

Controladora-Geral Adjunta do Município de Belo Horizonte. Subcontroladora de Transparência e Prevenção da Corrupção do Município de Belo Horizonte. Mestranda em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Pós-Graduada em Direito Público, Transparência e Controle Externo pela PUC Minas.

**Cristiano Jorge Poubel de Castro**

Mestrado em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (2019). Atualmente, é Analista em Tecnologia da Informação do Ministério da Economia. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Arquitetura de Sistemas de Computação.

**Daniel Martins e Avelar**

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011). Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Viçosa – UFV e Direito Processual Civil pelo Centro de Atualização em Direito – CAD/FUMEC (2016). Especialização em Finanças Públicas em andamento pela Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo (término em 2021). Subcontrolador de Correição do Município de Belo Horizonte. Advogado (atualmente licenciado) com experiência em Direito Administrativo e Constitucional, nas searas consultiva e contenciosa, com ênfase em matérias de direito administrativo sancionador, licitações, contratos administrativos, servidores públicos e controle de constitucionalidade.

**Daniel Matos Caldeira**

Doutorando em Administração Pública pela Universidade de Lisboa. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estruturas e Construção Civil do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (UnB) em 2015 e Engenheiro Civil pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 2003. Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU) desde 2008, tendo exercido o cargo de Diretor de Auditoria de Políticas de Infraestrutura entre 2016 e 2019.

**Eliane Magda Ribeiro dos Santos**

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2004). Possui Licenciatura Plena em Matemática pela FACESE (2019). Pós-Graduada, Especialista em Contabilidade Pública pela Universidade Gama Filho (2011). Estagiou na empresa Banco do Brasil de 2001 a 2004. Contadora efetiva da Prefeitura Municipal de Martinho Campos/MG, desde 2015, quando foi aprovada em 1º lugar no concurso público municipal, e está atualmente no cargo de Secretária de Governo do Município de Martinho Campos. Foi Controladora Geral do Município de 2013 a 2020.

**Emerson Hideki Hayashida**

Graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Auditor do Estado. Secretário-Controlador Geral do Estado de Mato Grosso. Especialista em Direito Público pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Especialista em Direito e Gestão Pública pela Fundação Escola do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. *E-mail:* emersonhayashida@gmail.com.

**Fábio Luís Guimarães**

Graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atualmente, é Advogado e Professor de Direito na Faculdade da Saúde e Ecologia Humana.

**Fernando Souza de Vieira**

Economista Graduado pela Universidade Federal de Mato Grosso, com especializações lato sensu nos ramos de auditoria, administração pública e gerenciamento de projetos. Mestre em Agronegócios e Desenvolvimento Regional pela Faculdade de Economia da UFMT, com pesquisa que abordou a relação entre incentivos fiscais e desenvolvimento econômico. Possui experiência no mercado de trabalho nas áreas privada e pública em campos de atuação relacionados à gestão, administração orçamentária e financeira e análises qualitativas e quantitativas de projetos. Trabalhou em empresas do setor do agronegócio e em entes da administração federal, como a Justiça Eleitoral, a Defensoria da União e o Banco do Brasil. É Auditor da Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso (CGE-MT).

**Francisca Leidiane Almeida Bezerra**

Graduação em Ciências Contábeis – Bacharelado pela Faculdade Lourenço Filho (2011). Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário pela Universidade Federal do Ceará (2012). Atualmente, é Assessora Técnica da Secretaria Regional II. Tem experiência na área de administração, com ênfase em ciências contábeis.

**Gil Pinto Loja Neto**

Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo IPEA. Bacharel em Ciências Aeronáuticas, Graduado pela Academia da Força Aérea Brasileira. Especializado em Táticas de Combate Aéreo, com MBA em Engenharia Econômica e Administração Industrial, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especializado em Gestão de Empresas e Marketing pela Escola Superior de Propaganda na ESPM. Especialista em Gestão de Hospitais Universitários pelo Instituto Sírio e Libanês de Ensino e Pesquisa. Auditor Federal concursado da Controladoria-Geral da União – CGU, onde atuou como Auditor, chefiando divisões de auditoria e fiscalização na regional de Minas Gerais e em operações especiais em todo o país. Atualmente, é Superintendente de Auditoria Interna da Dtaprev.

**Gustavo Ungaro**

Bacharel, Mestre e Doutor em Direito pela USP. Advogado. Professor da Graduação e Pós-Graduação da Universidade Nove de Julho. Vice-Presidente da Comissão Científica do CONACI. Membro da Comissão de Direitos Humanos da USP. Foi Controlador Geral do Município de São Paulo, Ouvidor Geral e Corregedor Geral do Estado de São Paulo. Fundador e Secretário Executivo do Fórum de Combate à Corrupção no Estado de São Paulo – FOCCO/SP e da Rede Paulista de Controladorias – REPAC. Presidente do CONACI (2014/2015).

**Henrique Moraes Ziller**

Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Formado em Comunicação Social pelo UniCeub. Mestre em Administração Pública pela Universidade de Brasília. É Controlador-Geral do Estado de Goiás e foi Controlador-Geral do Distrito Federal.

**Isaac Gurgel de Moura**

Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará (2004). Tem experiência na área de planejamento urbano e obras públicas, com ênfase em administração municipal.

**Iza Leilla Carlos da Silva**

Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Potiguar (2011.2). Pós-Graduação em Auditoria e Controles pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2013.2). Mestra pelo PPGA Acadêmico em Administração pela Universidade Potiguar (2019.2). Mestranda do PPGCCon Acadêmico em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutoranda em Administração pela Universidade Potiguar (2021.1). Recentemente foi aprovada no concurso para professor substituto na área de Administração Financeira da UFRN, Campus Currais Novos. Atua como Supervisora de Auditoria Interna na Ferreira Costa & Cia Ltda. Avaliadora da *Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar – RAUnP*. Coordenadora de sessão de avaliação do Congresso de Ciências Contábeis e Atuariais da Paraíba – CONCICAT. Membro da comissão científica do ESEPAD – Encontro de Estudantes e Profissionais da Administração. Avaliadora do EnANPAD (Tema: Governança, Auditoria e Risco). Recebeu indicação ao 10º Prêmio Chico e-Cidadania da Qualidade do Gasto Público e está aguardando o resultado final. Também recebeu indicação ao prêmio do CONACI – Conselho Nacional de Controle Interno.

**Jéssica Jane de Souza**

Graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2012). Graduação em Direito pela Faculdade de Educação Superior do Paraná (2017). Pós-Graduação em Direito das Famílias e Sucessões na ABDCONST (2019). Atualmente, estuda Mestrado em Direito na qualidade de bolsista 100% no Programa de Excelência do PPGD-UNINTER. É Assessora da Coordenação do Curso de Direito da FESP/PR, Advogada do Núcleo de Prática Jurídica FESP/PR e Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional Virada de Copérnico na UFPR, do PIC Teoria Contemporânea da Jurisdição e Direito Público na UNINTER e do PIC Análise Empírica do Direito e Jurimetria na UNINTER. Tem experiência na área de direito, com ênfase em ciências sociais.

**João Paulo Jamnik Anderson**

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Curitiba (2015). Graduação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Positivo (2007). Mestrado em Direito pelo Centro Universitário Internacional (2021). Atualmente, é Coordenador – Novos Profissionais do Direito. Tem experiência na área de direito, com ênfase em direito administrativo, atuando principalmente nos seguintes temas: pensamento sistêmico, sociedade da informação, *design thinking*, inovação e economia de impacto.

**Jorge Antônio de Lima Gomes**

MBA em Gestão Tributária pela Universidade Cândido Mendes – UCAM/RJ (2018). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (2017).

**Juliana Cottard Giestosa**

Graduação em Administração pela Universidade de Pernambuco (2006) e em Direito pelo Centro Universitário UniFBV (2014). Possui MBA em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal pela Uninter (2015) e MBA em Finanças Públicas e Controladoria com Ênfase em Transformação Digital pela Deloitte/Trevisan. É Servidora Efetiva da Controladoria Geral do Município do Recife, atuou de 2017 a 2020 como Gestora na Unidade de Controle Interno da AMPASS (Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores) e hoje é Gerente de Monitoramento e Controle Interno da CSURB (Autarquia de Serviços Urbanos do Recife). Ensina Gestão de Riscos e Orçamento Público na Escola de Governo da Prefeitura do Recife. Tem experiência na área de administração, com ênfase em administração pública, atuando principalmente nos seguintes ramos: sistema de controle interno, gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna.

**Leonardo de Araújo Ferraz**

Controlador-Geral do Município de Belo Horizonte. Doutor e Mestre em Direito Público pela PUC Minas, com Pós-Doutorado em Direito pela Universidade Nova de Lisboa. Presidente do CONACI.

**Lílian Régia Gonçalves Guimarães**

Secretária de Estado de Transparência e Controle do Estado do Maranhão. Administradora. Membro do CONACI.

**Lucas Correia de Lima**

Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (2015). Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela Faculdade Damásio (2017). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (EISU) do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia – UFBA (2019). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal da Bahia, área de concentração: Jurisdição Constitucional e Novos Direitos. Membro da Comissão de Ética Pública da UFRB (2019-2021), onde atuou como presidente nos anos de 2020 e 2021.

Membro do Comitê de Políticas Afirmativas de Cotas da UFRB (2018-2019). Advogado, Parecerista e Palestrante.

**Luciana Gondim de Almeida Guimarães**

Pós-Doutorado no *Centre Interuniversitaire de Recherche sur les Réseaux D'entreprise, la Logistique et le Transport* (CIRRELT) na *Université Laval* em Quebec, Canadá, sob a supervisão do Prof. Ph.D. Leandro Callegari Coelho. Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestra em Logística e Pesquisa Operacional pela Universidade Federal do Ceará. Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente, é Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Potiguar (PPGA/UNP) e assistente de pesquisa na *Université Laval*. Editora-Chefe na *Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar* (RAUnP) e na *Revista Connexio*.

**Ludinaura Regina Souza dos Santos**

Bacharel em Direito e Mestra em Gestão em Organizações Aprendentes pela UFPB. Auditora Interna da UFPB, atualmente cedida à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH para o cargo de Auditora Chefe do HUJB-UFCG. Membro da Comissão Científica do CONACI. Foi Controladora-Geral, Secretária Adjunta da Controladoria e Secretária de Transparência Pública do Município de João Pessoa. Foi membro do Fórum Paraibano de Combate à Corrupção – FOCCO-PB.

**Marcus Vinicius de Azevedo Braga**

Auditor Federal de Finanças e Controle. Doutor em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento (PPED/IE/UFRJ). Autor de diversos livros e artigos na área de controle governamental.

**Renata Kelly Cardoso de Rezende**

Auditora Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, desde 2008. Diretora de Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção no município de Belo Horizonte, desde setembro de 2017. Secretária Executiva do Conselho Nacional de Controle Interno, desde março de 2019. Bacharel em Ciências Atuariais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-Graduada em Finanças Públicas, ênfase em Administração Orçamentário-Financeira, pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e em Direito Administrativo pela PUC Minas.

**Vilson Pedro Nery**

Graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Auditor do Estado de Mato Grosso. Especialista em Direito e Controle Externo pela Fundação Getúlio Vargas. Mestre em Educação Pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, cursando o Mestrado Interinstitucional em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP. *E-mails*: vilsonery@gmail.com e vilson.nery@sou.unaerp.edu.br.